



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: ELISEU GABRIEL

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21/07/2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Falha na transmissão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível

- Reunião realizada por videoconferência.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Estamos iniciando a nossa audiência pública que vai tratar da minuta do protocolo diretor nas aulas. Nós temos como convidados, aos quais agradeço a presença desde já, a Professora Minéa, Secretária Adjunta da Secretaria da Educação, e o Professor Eduardo Alexandrino Medeiros, que é Médico Infectologista e Presidente da CCIH do Hospital São Paulo, Professor da Disciplina de Infectologia da Escola Paulista de Medicina, Unifesp, e responsável pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar. Eu queria muito agradecer a presença desses dois convidados ilustres.

Vamos ter a seguinte orientação: nós vamos passar a palavra para a Professora Minéa e ao Professor Eduardo e, em seguida, aos Vereadores que quiserem falar. O tempo tanto da Professora Minéa quanto do Professor Eduardo é o tempo que eles acharem que devam falar, imagino que de 10 a 20 minutos - não sei. Depois, cada um falará por três minutos, procurando não repetir o que já foi falado para a reunião poder render bastante.

Passo a palavra à Professora Minéa Paschoaleto Fratelli, a quem agradeço muito a presença.

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Obrigada, Professor Eliseu Gabriel pelo convite. Boa tarde ao Professor Eliseu e a todos os participantes da Comissão. Quero dizer que para nós todos esses espaços de construção colaborativa são fundamentais. Não vou me estender na fala inicial porque acho que vale a pena ouvir o que as pessoas têm a dizer e dialogar a partir dos encaminhamentos, falas ou questionamentos.

A Secretaria Municipal de Educação teve como objetivo, ao iniciar a produção de um protocolo de retorno às aulas, primeiro, a necessidade de ter um retorno – vou frisar a fala que o Secretário tem feito em todos os lugares em que ele está tanto nas reuniões com as DRES ou na própria TV quando ele fala que “a gente tem uma projeção de possibilidade de retorno, mas que está condicionada a um contexto do Plano São Paulo ou das questões

relacionadas á saúde”, mas, de qualquer forma, a nossa escola precisa estar organizada para um retorno em 8 de setembro, 8 de outubro, 8 de novembro ou 8 de janeiro. A gente não sabe – como o Secretário de Educação frisa sempre “quem vai dizer isso é a Secretaria da Saúde, a equipe da Saúde, a Comissão que tem pessoas ligadas à saúde vão dizer quando será esse retorno, mas, de toda a forma, a escola precisa estar preparada para atender todos os seus educadores e estudantes, desde bebês, crianças, jovens e adultos.

Esse processo leva tempo, porque a gente tem que organizar os espaços físicos, os encaminhamentos pedagógicos, o RH contando que haverá pessoas afastadas, profissionais que não voltam por conta da regra de cuidados com as pessoas acima de 60 anos ou que tenha alguma comorbidade. Então, todo esse planejamento precisa ser feito *a priori*.

Voltando em 8 de setembro ou não: o protocolo é uma minuta que teve a produção escrita da equipe da saúde que trabalhou conosco e das equipes de educação que atuam na Secretaria Municipal de Educação, e é o primeiro registro de um documento muito maior e muito mais robusto que será construído com a rede.

A gente tem ouvido bastante nas *lives* em que o Secretário tem participado, em alguns lugares em que a gente acaba conversando com as pessoas, de que ele não traz a renúncia, de que ele não olha para a especificidade de cada etapa ou modalidade. Ele não olha mesmo, neste momento. É um documento geral e sua minúcia será construída com a rede.

Tem os protocolos de saúde daquilo que a gente, enquanto saúde, sabe que precisa ser garantido e, agora, está nas nossas mãos dizer como é que isso se materializa em cada uma das nossas unidades.

Esse é o nosso propósito ao construir uma minuta. E é minuta mesmo porque passa pelas mãos de todos os educadores e pessoas que atuam em ou com educação para que a gente possa construir algo mais robusto, mais completo, e que olhe para cada uma das especificidades da nossa rede, tanto no que diz respeito aos educadores quanto às crianças.

Então, esse é um documento não finalizado – nem poderia sê-lo – porque toda a documentação que essa gestão fez foi com a participação dos educadores. É lógico que a

gente não consegue ter sempre a totalidade dos educadores, mas através de um pequeno grupo ou de grupos maiores, sempre passou por consulta pública.

Esse é, também, mais um caminho que a gente trilha para esse retorno.

É uma situação inusitada. As pessoas estão construindo caminhos, tanto aqui quanto no mundo inteiro, para o retorno seguro dos nossos estudantes e educadores. É isso que a gente faz aqui também. Olhar para as possibilidades que a gente tem, para as responsabilidades de cada um, porque, como o próprio Secretário sempre fala, “a Secretaria não se furta as suas responsabilidade e têm trabalhado para que o retorno possa assegurar a saúde de todos”.

Essa construção da minuta, no que diz respeito a cada uma das nossas unidades ou a cada um dos públicos que a gente atende, deve ser construída com a rede. Não vou me estender, porque acho que o diálogo vai trazer coisas para a nossa reflexão.

Obrigada, Professor Eliseu.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu queria agradecer à Professora Minéa pelas palavras.

Agora, eu queria passar a palavra ao Professor Eduardo Alexandrino Medeiros, por favor.

O SR. EDUARDO ALEXANDRINO SERVOLO DE MEDEIROS – Boa tarde a todos. É um prazer enorme estar aqui com os senhores. Estou muito honrado de estar presente nesta discussão.

Na verdade, esse processo começou há dois ou três meses, pelo menos, quando nós fomos convidados para integrar essa equipe, com uma visão da saúde, como poder trabalhar os protocolos de segurança.

Isso culminou em diversas reuniões e fomos trabalhando a minuta desse protocolo que foi recentemente apresentado aos senhores, bem nessa visão que a Professora Minéa comentou, de construção. A ideia não é um documento acabado e, sim, de ele ser uma base

para essa construção.

Fundamentalmente, ele está dividido – primeiro, eu defendi isso muito nas reuniões e sei que pode parecer um pouco de prepotência, mas não é.

A gente precisa saber em que momento as escolas... porque esse é um trabalho duro até que as escolas sejam organizadas. Todos nós conhecemos e boa parte de nós estudou também em escola pública e vivemos, de um lado ou do outro, essa formação e é muito importante que a gente organize a escola nesse novo cenário epidemiológico, porque mudaram as coisas. Estamos diante de uma doença que se transmite por gotículas. Conforme você está falando, está ministrando uma aula, essas gotículas vão para outra pessoa e, por contato, onde essas gotículas se fixam, você coloca a mão e pode se contaminar colocando a mão nos olhos, na boca ou no nariz. E é uma doença de alta transmissibilidade.

Então, realmente precisamos preparar os ambientes para essa nova situação. Essa epidemia não vai acabar, não é uma coisa assim que “não, em outubro, novembro, dezembro abrem-se as cortinas e acabou a epidemia”, não é assim. Todas as estimativas – e é isso que estamos vivenciando também em outros locais do mundo – de que, embora a epidemia seja controlada ou entre num processo de estabilização, novos casos continuam ocorrendo em outros locais, que não foram fortemente comprometidos. Isso tem a ver com a imunidade dos indivíduos, enfim, que não cabe à gente, aqui, discutir.

Entretanto, o importante é que a gente prepare o ambiente escolar de forma mais segura. Dessa forma, a gente estimou essa questão da preparação das escolas em torno de setembro, outubro. Não que tenhamos definido uma data de retorno dos alunos, porque não foi essa a discussão no nosso grupo, e sim preparar as escolas para esse novo ambiente. Então, é diferente da questão de você definir data de retorno e preparação das escolas para o retorno, são duas coisas bem diferentes. Quem define o retorno dos alunos é outro comitê, ligado à Secretaria de Estado da Saúde, que avalia o cenário epidemiológico para essa questão.

Então, nós nos esforçamos e nos debruçamos para criar protocolos de segurança para quando essa data for definida os alunos poderem retornar. Mas, é claro que todos

sabemos do impacto desse afastamento do aluno na escola: aumento de taxa de evasão, toda a situação de saúde mental, emocional e de segurança mesmo, porque grande parte da Capital de São Paulo já está retornando, de forma coordenada, organizada, lentamente, em muitas atividades. Os pais precisam deixar os filhos em algum local, senão grande parte dessas mães estará desempregada também, porque não conseguem fazer as duas coisas, enquanto os filhos vão ficar inseguros nessa situação.

Então, é importante que, ao mesmo tempo, a gente pense nessa questão do retorno, mas pense também na segurança dos alunos ao retornarem para as atividades escolares. O nosso objetivo foi esse, do grupo, de proporcionar um conjunto de ações, que se inicia com a formação em saúde, então, uma orientação, tanto de pais, professores e alunos sobre as características da epidemia, como ela se transmite, quais são as ações importantes na prevenção.

A ideia é de que antes desse retorno, existe uma estimativa de 8 de setembro, mas não sei se isso vai acontecer, pode ser que só ocorra o ano que vem, isso eu acho que não vale a pena a gente discutir aqui, porque não é o objetivo. Mas, quando ocorrer esse retorno, os professores estejam também bem informados, assim como os alunos, e os pais. Uma das ideias dessa minuta é que uma, duas semanas anteriores, tenha esse trabalho com informações relacionadas à pandemia.

O segundo ponto é um plano de comunicação. Esse plano de comunicação pode ser, principalmente com vídeos, orientações. Eu tinha sugerido no grupo, inclusive, que pudéssemos, eventualmente, se fosse possível, contatar o pessoal do Mauricio de Sousa, porque foi criado, inclusive, um personagem na pandemia, que é a Dra. Ho, que trabalha no Hospital das Clínicas, virou um personagem da Turma da Mônica. Dependendo da idade, isso pode ser adequado para os alunos entenderem, através da criação de instrumentos, para facilitar essa passagem de informação. Mas, enfim, ter um plano de comunicação com esses vários setores: pais, alunos, professores e os colaboradores da escola.

A organização dos ambientes. Esse é um ponto muito importante. O que deve ser

feito? Isso requer realmente um tempo, uma estruturação, um trabalho de engenharia, manutenção. Se a gente for ver na história dessas pandemias transmitidas por via respiratória, as escolas se adaptaram a muitas dessas situações, com janelas mais amplas, com boa ventilação. Então, é uma questão importante analisarmos esses espaços para trabalhar questões como essa. As salas de aulas precisam ser bem ventiladas. Elas precisam preferencialmente ter janelas para que realmente o ar circule com facilidade. Precisa estruturar a questão da higiene das mãos, o banheiro, ter tampas nos sanitários, orientar a só dar a descarga com o vaso sanitário fechado para evitar a aerosolização dessas partículas, ter torneira com papel toalha, sabão e uma torneira adequada para que você evite a contaminação. Enfim, organização desses ambientes para possibilitar a higiene das mãos de forma correta, uma boa ventilação e, também, o distanciamento entre os alunos. Então, precisa reorganizar os locais desses alunos se sentarem, claro, não vão poder retornar todos os alunos ao mesmo tempo. Então, precisa ter essa estruturação.

Outro ponto é o plano de fluxo institucional. Isso precisa ser pensado, trabalhado em cada escola com os seus horários. A questão do horário de chegada, intervalos entre as aulas em horários diferentes para evitar a aglomeração dos alunos.

Práticas de segurança. Envolvem parte da organização do ambiente, mas também a questão da segurança individual. Então, orientação dos alunos em relação à utilização das máscaras. Esse é um ponto importante, porque crianças pequenas, a Organização Mundial da Saúde não recomenda a utilização até os dois anos de idade. Então, locais que tenham abaixo de dois anos obviamente não podem usar máscara. Dos dois aos cinco anos, precisa ter realmente uma observação, ser supervisionada, porque a criança pode usar de forma inadequada e até ter uma sensação de sufocamento.

Então, precisa nessa idade ser bem supervisionada, mas a partir dos cinco anos, principalmente a partir dos seis anos, é mais tranquilo. Quando está sob orientação tem condição de usar a máscara corretamente. E por que a máscara? Porque ela evita que essas gotículas saiam da pessoa e contaminem o ambiente. Então a utilização de máscaras pelos

colaboradores da instituição, pelos alunos maiores e pelos professores é muito importante para suas atividades. É óbvio, cansa um pouco, mas é importante que o tamanho da máscara seja adequado. Quanto pior a colocação da máscara, se está apertando a orelha e tudo mais, pode dificultar o seu uso. Então, precisa ser bem orientado e trabalhado com todos os funcionários.

Os protocolos de higiene e desinfecção: nós sabemos que existem dificuldades, ninguém está fazendo plano para uma escola irreal, não é isso. Vamos tentar aproximar ao máximo com normas de segurança. Então, a equipe de higiene precisa ter atenção maior antes da chegada dos alunos e depois da saída dos alunos, quanto à higienização do ambiente, das cadeiras, das mesas escolares, no ambiente em que várias pessoas ficam, esses são os locais importantes em que realmente haja mais higiene. Numa minuta, nós até orientamos o tipo de substância, o álcool 70% é bom, pois o vírus morre com muita facilidade. Esse produto elimina o vírus muito rapidamente. A higiene do chão, dos banheiros, deve ser com solução a base de hipoclorito de sódio, mas é preciso ter cuidado se na escola têm crianças muito pequenas, para não serem expostas. E mesmo o álcool gel, não dá para usar com qualquer idade de criança, às vezes, a criança põe nos olhos ou na boca, sem querer, e é preciso ter cuidado com essa orientação, vai depender da idade. Isso tudo precisa ser trabalhado, ser bem esmiuçada essa situação.

O protocolo do transporte, também o transporte aos locais por vans. Em muitos países o responsável pela limpeza é o próprio motorista. Se ele for treinado adequadamente, antes das crianças entrarem no transporte, já deve ter higienizado os bancos com álcool 70%, ou uma solução vermícida para tal situação, mas em geral, são os próprios motoristas que fazem isso.

O que temos observado, a exemplo de ambiente hospitalar, muitos profissionais e isso também vale para as crianças, se contaminam nos refeitórios. Às vezes, você tem todo cuidado, mas no refeitório você tira a máscara, tende a se aglomerar e a conversar. Então, o refeitório tem de ser um ponto muito importante do nosso trabalho. No local deve ter poucas crianças, poucas pessoas utilizando o local, ser bem trabalhado, que as pessoas fiquem

sentadas, se alimentem e saiam. É preciso dar uma orientação adequada quando da refeição, estruturar os horários e possibilitar o distanciamento entre as pessoas. Volto à questão da ventilação: no refeitório é preciso ter boa ventilação, a ventilação é um ponto muito importante para evitar a transmissão do vírus.

Essas são as ações que nós estruturamos na minuta, junto com a organização pedagógica, claro, e levando em conta o corpo de educadores. Trabalhamos bem essas questões. E os procedimentos de RH e de compras também entram nessa situação para possibilitar que sejam tomadas essas ações.

Vereador Eliseu, eu acho que era isso que eu tinha a dizer referente à estruturação desse serviço. Essas ideias têm a melhor das intenções, em nenhum momento tudo que fizemos foi para estimular a ida dos alunos às escolas, pelo contrário, é para possibilitar aos pais se sentirem seguros de levar suas crianças, e também aos professores se sentirem seguros com essas orientações. Este é um preambulo para discussão, e acho que são os principais pontos apresentados na minuta.

Muito obrigado pela atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Prof. Eduardo Alexandrino.

A SRA. SHEILA MENDES – Vereador, gostaria de fazer a minha inscrição. Sheila do Sedin.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – A sua inscrição já está feita.

- Interferência na transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pessoal, peço que não falem todos ao mesmo tempo, se não, não conseguimos conversar. Agora, vou passar a palavra para alguns Vereadores que querem falar. Peço a todos, por favor, de três a cinco minutos, no máximo, porque há muitos inscritos. O primeiro inscrito é o Vereador Claudio Fonseca. Não sei se o Vereador Suplicy está presente.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Estou presente, gostaria de dar uma palavra. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Um minuto, logo depois do Vereador Claudio Fonseca, V.Exa. terá a palavra.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Vereador Eliseu Gabriel, cumprimentá-lo pela iniciativa de montar o Comitê e de estar realizando um importante trabalho sobre a questão da retomada das atividades presenciais nas unidades escolares. Cumprimentar a Professora Minéa e o Prof. Eduardo Alexandrino Medeiros. Prestei muita atenção ao que foi dito por ambos, depois de ter lido a minuta da proposta de volta às aulas. A proposta de minuta de volta às aulas dialoga com o plano de retorno da educação anunciado pelo Governo do Estado, considera inclusive as etapas de retorno, quando acontecer, e trabalha como indicativo a data de 8 de setembro.

Após ouvir o Prof. Alexandrino, ganhei convicção ainda maior da impossibilidade do retorno das atividades escolares presenciais, neste ano. Não são pequenas as tarefas que estão sendo propostas à implantação, seguindo inclusive aquilo que dispõe quanto às diretrizes contidas na minuta apresentada pela Secretaria, elaborada...

- Interrupção na transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vereador Claudio, com a palavra.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Pois bem, eu disse que, após ouvir a ambos, aumentou a minha convicção já existente, fruto de reflexão, do conhecimento da rede municipal de ensino, das especificidades da educação infantil, dos centros de educação infantil, das escolas municipais de educação infantil, das escolas de ensino fundamental, das EMEFs, dos CIEJAs, da estrutura física, da disposição espacial, das construções arquitetônicas, das alterações que ocorreram ao longo do tempo, inclusive para evitar invasão nas escolas. As escolas se fecharam cada vez mais; em algumas localidades vai precisar demover parte da alvenaria para ganhar rotas de entrada e saída, arejamento na unidade escolar, para garantir saudabilidade, proteção, segurança aos bebês, às crianças, aos adultos, a todos os profissionais de educação.

Então as diretrizes que já aqui estão e as nove ações que passam desde a questão

da necessidade da formação, do plano de comunicação, da organização dos ambientes, sala de leitura, sala de informática, o local onde ficam os bebes para fazer higienização, os bebedouros de água, alimentação. Ainda há a questão dos protocolos de higiene e desinfecção, as EPIs, ainda que se diga que vai ter recurso para comprar EPI uma única vez. Depois o protocolo de transporte, os contratos que a Secretaria Municipal de Educação terá que rever para ampliar o transporte escolar. A alimentação escolar, a adequação dos locais, o preparo, a distribuição da alimentação com segurança, as barreiras acrílicas necessárias, que já não é saudável para as crianças manter distanciamento físico.

Nós não temos uma rede. Isso não é uma crítica irresponsável, não é um posicionamento de quem não defende a educação presencial. Nós, profissionais da educação, docentes, gestores, quadro de apoio da educação, defendemos por princípio a educação básica presencial. A circunstância do vírus é que nos trouxe para essa realidade de distanciamento e que agora, sempre, nós precisamos ver como vai ser retomada.

Vou concluir.

Então essa é minha convicção e eu acho que a Secretaria de Educação... Não é uma situação fácil para quem quer que seja, de tomar a decisão. Tem as suas responsabilidades legais quanto à educação, quanto ao ensino, quanto à manutenção, quanto à organização do ensino. Mas a responsabilidade maior neste momento é de preservação da saúde e da vida. Por essa razão eu digo até mesmo que esse projeto de lei que foi encaminhado para a Câmara Municipal também reforça a minha convicção de que não é possível voltar agora.

Por qual razão? A Secretaria de Educação admite já, aqui no Artigo 5º diz assim: “O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, em razão exclusivamente da situação de pandemia que ocasionou a suspensão das aulas presenciais, e observada a implementação dos programas previstos neste capítulo, procederá à avaliação do estudante sem prejuízo de sua promoção”. Ou seja, nesse ano é a aprovação de todos.

Qual a necessidade de retornar no dia 8 de setembro, se isso acontecer, para

inicialmente retornarem 35% dos alunos, para fazer que reforço? Que recuperação? Depois 70%, 28 dias depois. Para que instituir um programa, agora, de uniforme escolar? Agora. Não estou dizendo que não se devem discutir esses programas. Mas não são medidas emergenciais para o retorno neste ano; medidas você precisa pensar quando retornar.

Se a Secretaria diz que todos serão aprovados, qual é a força que vai mover as famílias diante do medo, do receio de levar seus filhos para a escola? Diante da propagação do vírus, levar seus filhos para a escola neste ano, sabendo que estão aprovados? Qual é a força que fará com que as famílias levem seus filhos pequenos, bebês e crianças para as unidades educacionais, de educação infantil, creches e EMEIs, sabendo que ainda sequer as medidas apontadas na própria minuta de protocolo foram e serão implementadas?

Não estou aqui subestimando a capacidade de quem que seja da Secretaria. É a realidade. A Professora Minéa diz que isso é um documento geral e a minúcia será construída com a rede. Nós vamos fazer um dossiê sobre a rede - já existe – em que as pessoas poderão indicar quais as condições infraestruturais, materiais, de recursos humanos, quantos estão afastados, quantos não voltarão, para você contar em dois meses de aula, dois meses de presença, com imenso risco.

Então eu me dirijo a todos, inclusive da Secretaria, ao Governo de forma geral, para que a gente pense racionalmente. Planejemos a retomada para após 31 de janeiro de 2021, se tivermos condições para isso. Que se faça uma reflexão e não sejamos nós nenhum protagonista do sofrimento, do adoecimento e da morte de quem quer que seja.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Vereador Claudio.

Próximo orador inscrito é o Vereador Suplicy. Entre três e cinco minutos, por favor. Depois o Vereador Celso Giannazi.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Presidente Eliseu Gabriel, meus cumprimentos a você e a todos os vereadores.

Agradeço as palavras do Sr. Eduardo, da Sra. Minéa Paschoaleto Fratelli, pelos

esclarecimentos. Não pude assistir inteiro porque estava participando do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Renda Básica de Cidadania.

Quero externar a preocupação de todos os pais, dos professores, servidores da Educação, que têm tido enorme preocupação com a saúde de si próprios e dos entes queridos, das crianças e estudantes. Avalio que se faz necessário extremo cuidado, se for para voltar as aulas. Mas avalio que ainda é cedo para a volta às aulas, pelo número de pessoas que estão sendo atingidas pela Covid-19, pelo número de pessoas mortas. Então todo cuidado será importante para com a nossa população, atendendo inclusive às sugestões dos inúmeros representantes de todas as pessoas que trabalham na educação.

Muito obrigado, Presidente Eliseu Gabriel.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Vereador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra agora para o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, Presidente Eliseu.

Primeiro, quero cumprimentá-lo pela iniciativa desta discussão, na Comissão de Saúde, por organizar este comitê. Em nome de quem cumprimento todos os Vereadores que estão presentes e todas as pessoas que nos acompanham. Cumprimento, também, os professores Eduardo e Minéa, acompanhei um pouco do eles relataram nesta reunião.

Nós, da Comissão de Saúde, da Câmara Municipal, já trouxemos o Dr. Gonzalo Vecina, ex-Presidente da Anvisa, o Dr. Átila Iamarino, microbiologista, que explanou as condições dessa grande pandemia da Covid-19. Nos trouxe relatos preocupantes.

Hoje, nós vimos o Dr. Eduardo e a Professora Minéa, da Unifesp, trazendo pontos importantes para que possamos refletir. Pelo que o Dr. Eduardo expõe, a situação é, de fato, preocupante. Alguns parâmetros terão de ser observados, como a organização dos ambientes.

Primeiro, quero retratar e reprimir o que nós vivíamos, desde 2019, antes da pandemia, já vínhamos numa crise absurda na educação pública municipal, nas questões de infraestrutura, RH. Faltam profissionais na Educação, há um déficit gigantesco de coordenadores pedagógicos, ATEs, do quadro de apoio, supervisores, diretores PEIs, PEIFs.

São várias as necessidades.

No que se refere à higienização das escolas, nós denunciemos o tempo inteiro durante 2019. A Secretaria Municipal da Educação de forma irresponsável copiou o modelo do Estado e trouxe para o Município, colocando três trabalhadores, dia e noite para fazer a higienização e limpeza de escolas com até 1.500 alunos, dentre bebês, crianças e adolescentes.

Nós já vínhamos nessa crise que se mostrou gigantesca desde 2019, que encontrou agora a grave crise da pandemia que se instalou. Os problemas se aprofundaram no que diz respeito à higienização, da falta de profissionais da Educação, trabalhadores na limpeza, segurança nas escolas.

Quando lemos a minuta, que embora seja apenas uma minuta, vemos que já há um direcionamento da política do Prefeito Bruno Covas na volta irresponsável das escolas.

O Dr. Eduardo diz o que as escolas deverão ter no que se refere à organização dos ambientes. Porém, da forma como está escrito isso, vemos que a Secretaria Municipal de Educação e esta Administração, mostram que não têm nenhum conhecimento, nenhum conhecimento mesmo, da realidade das escolas que a gente encontra na nossa cidade, especialmente as escolas localizadas no território da periferia. Essas não têm a mínima estrutura para receber essa organização frente à pandemia. Não há organização de ambientes, não há RH suficiente.

Há sim vários concursos que precisam ser homologados e que haja nomeação e convocação das pessoas que passaram nos concursos, para provimento de todos esses cargos na Educação. Aí sim, falar em contratação esporádica. Mas primeiro chamar todos os aprovados em concurso.

Esse projeto que o Prefeito Bruno Covas encaminhou na surdina, na calada a noite, para ser discutido na Câmara Municipal, para o retorno irresponsável das aulas, com condições de contratação de professores, quadro de apoio, sem nomear os aprovados em concursos públicos, beira à irresponsabilidade.

Não adianta o Secretário vir à Comissão e dizer que teremos quatro termômetros para aferir a temperatura dos alunos que entrarão nas escolas. A gente sabe que isso beira à brincadeira, também é irresponsabilidade, porque nem trabalhadores e servidores teremos para fazer essa medição e o controle. Além do que, o próprio Dr. Eduardo coloca no plano de fluxo a idade das crianças, de zero a 2 não podem usar máscaras; de 2 a 5 não é aconselhável, é inadequado.

Dizer que nós voltaremos às aulas em 8 de setembro, oito de novembro, nessas condições que estão sendo apresentadas, desculpem-me, mas é uma política do genocídio, colocando em risco as nossas crianças, alunos, profissionais da educação, seus familiares. Está comprovado, como informa a Organização Mundial da Saúde, que as crianças são vetores de contaminação do coronavírus.

Não adianta a Prefeitura de São Paulo dizer que não haverá 17 mil mortes como avaliou o Professor de matemática da Fundação Getúlio Vargas. Haverá apenas 1.500 mortes, como coloca o Secretário Rossieli. Seja quantas mortes forem, nós não podemos concordar com uma posição que admita a possibilidade de os nossos bebês, crianças e adolescentes falecerem.

Fico com a preocupação para que esta Comissão visite as escolas. É uma forma de ver a realidade da escola que temos e a escola que queremos ter para poder voltar às aulas.

Fica essa consideração.

Obrigado, Presidente Eliseu.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Vereador.

Passo a palavra agora para o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI - Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o Presidente Eliseu Gabriel que está conduzindo os trabalhos do nosso comitê, nesta audiência pública.

Eu sou professor de matemática da rede municipal, já dei aula no Estado, sabemos o que é uma sala de aula. Tenho certeza de que os protocolos são feitos por estudiosos que

realizam do melhor modo possível.

Mas eu gostaria de saber um pouco, porque entre o protocolo e a realidade da sala de aula há um abismo. Quero saber dos professores que estiveram na frente para fazer o protocolo, quantas unidades foram visitadas?

Porque quando a gente fala de ventilação, por exemplo, posso levar vocês no complexo, são três unidades no mesmo terreno, no Jardim Santo André, onde era o trocador de fraldas das crianças não tinha uma janela.

Posso levá-los no CEU, no fundão da zona Sul, para verem que quando se abre a janela percebe que ela cai. Porque ela é feita de um rebite tão pequeno, que depois de o pessoal usar um ano, quando as janelas ficam abertas elas caem. Então estavam deixando essas janelas totalmente trancadas, porque não dá para ter ventilação na sala de aula. Assim, uma coisa é falar de mecanismo de ventilação. Outra coisa é você visitar as unidades e ver a precariedade em que se encontram. Como vai se fazer o protocolo se a maioria dos equipamentos não tem adequação? Há uma série de problemas.

Quando eu vejo o Bruno Caetano falar de quatro termômetros, eu não entendo isso, porque nós temos unidades que têm cento e tantas crianças e nós temos unidades que têm mil crianças. Então, eu não entendo por que se fala no número de quatro termômetros se há unidades tão diferentes e complexas. Assim, quando eu falo de visitar a unidade, é um pouco disso.

Não sei também se as pessoas que fizeram os protocolos, por exemplo... Os nossos Auxiliares Técnicos de Educação, por exemplo... Nós estamos com uma defasagem de mais ou menos mil e quinhentos. Inclusive, agora, o Governo colocou um PL aqui, para poder contratar até 20% do quadro de ATEs. Há concurso aberto para ser homologado, mas, mesmo que façamos a homologação do concurso e chamemos essas pessoas, via concurso ou via contrato emergencial, quem está na Prefeitura sabe que... Inclusive, eu gostei do que o Diretor Bruno, da DRE Butantã falou, porque parece que é aquele desenho, *O fantástico mundo de Bobby*. Assim, quem está na rede sabe que não vai ter tempo hábil para pegar esses

funcionários, via concurso ou via contrato, até setembro. Eu fico pensando. Então, se não vai pegar, quem é que vai operar tudo isso?

Estamos falando, aqui, e chamamos, já, o Secretário à Comissão de Educação, Cultura e Esportes, para tratar da questão da limpeza. Foi diminuído o quadro de funcionários de limpeza. Temos visitado unidades. Logo que mudaram o número de servidores nessas unidades, fomos lá visitar e vimos o caos em que estava a limpeza. Então, falamos, assim: “Olhem, vai haver protocolo para a higienização disso, daquilo e daquilo.” Temos de entender, assim: quantas pessoas vai haver para fazer isso? É por unidade ou por número de alunos? Vai haver essas pessoas suficientes, já, logo em setembro? Faz-se um protocolo até razoável – apesar de eu ter algumas divergências com relação a ele, no geral, é bem razoável –, mas, depois, não há as pessoas, nem para operacionalizar isso. E não vai haver.

Mais ainda, o que é a discussão central: há essa forçação de barra – para mim, é uma forçação de barra – para começarem em setembro as aulas. Qual é o ganho efetivo pedagógico que teremos? Até agora, a Secretaria não fala isso. Qual é a efetivação e o que vamos recuperar neste final de ano? Por que não se estruturar muito bem neste ano e começar no ano que vem? Estamos no platô do pico. Não estamos em uma descida premente, para voltarem às escolas. Os países europeus, que estavam na nossa frente, na pandemia, começaram a abrir as escolas 60 dias depois do platô. Nós não estamos ainda descendo do platô. Não se passaram esses 60 dias. Mesmo esses países que esperaram 60 dias tiveram localidades e unidades escolares que tiveram de fechar, porque voltou a subir, depois da abertura das escolas.

Aí, eu queria conversar com os professores sobre uma coisa que é importantíssima para nós, que somos da Educação: as condições do povo para ter o isolamento e trabalhar, porque precisam trabalhar, não é uma responsabilidade da Educação. É uma responsabilidade dos governos. Talvez os próprios professores, de repente, não saibam disto, mas nós temos quase dois bilhões no Orçamento só para recapeamento de rua e asfaltamento. Várias ruas da Cidade estão sendo recapeadas. Os governos federal, estadual e municipal tinham de dar

renda para as pessoas ficarem em casa e não precisarem trabalhar. Na hora desse discurso, de que se tem de abrir a escola para ter criança lá, porque a mãe e o pai vão trabalhar, sendo que o Governo é que deveria dar renda para garantir o isolamento social dessas pessoas, estamos falando que, aqui, o Estado está totalmente a serviço do capital, porque é o que interessa. Para os empresários, é melhor que essas pessoas trabalhem, nem que elas morram depois, do que preservar as vidas delas. É isso o que, no fundo, vocês...

Quero deixar muito claro que aqueles que assinam determinadas coisas vão ser responsabilizados, depois, pelas mortes das nossas crianças e dos familiares dessas crianças, porque é inadmissível que neste País sejam tomadas atitudes pelo Executivo, pelo Legislativo e pelo Judiciário como se ninguém tivesse responsabilidade. As pessoas vão morrer por atitudes que os Poderes acabam tomando e, no fim, as pessoas não se sentem responsáveis. Não, quem está com a caneta na mão, defendendo a volta à escola, é responsável pelas mortes das crianças, dos servidores públicos municipais e, também, dos seus familiares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Ok, Vereador. Pergunto se mais algum Vereador quer fazer uso da palavra.

O SR. ANTONIO DONATO – O Vereador Antonio Donato, pela ordem, Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem a palavra o nobre Vereador Antonio Donato, por três a cinco minutos.

O SR. ANTONIO DONATO – Eu vou ser bem rápido. Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Comissão de Educação, o Vereador Eliseu Gabriel e demais Vereadores e Vereadoras. É bem rápido.

Eu acompanhei a exposição do Dr. Eduardo e chamou-me a atenção quando ele falou que a questão do tempo não é o debate. Ele falou: “Olhem, estão falando que vai reabrir no dia 8, mas pode ser que seja no ano que vem.” Esse é o debate. Não existe outro debate. Nós não vamos discutir os protocolos que a Unifesp preparou e discutiu. Temos de discutir as

condições de implementação disso. As condições não existem neste momento. Nós precisamos criar as condições e, para ter as condições, nós precisamos de tempo. A primeira coisa é tempo para a implementação.

Em segundo lugar, o que já foi falado, aqui: estamos em um momento da pandemia em que parece que, por decreto, vamos resolver a pandemia. Começamos a flexibilizar e a criar uma ideia de normalização. Não está normal. Infelizmente, a gestão municipal mudou os critérios de contabilidade dos óbitos e não estamos conseguindo, até, entender direito os critérios, mas, na semana retrasada, morreram 610 pessoas na cidade de São Paulo. São três aviões da TAM que caíram na periferia de São Paulo e talvez seja por isto que se normaliza, porque estão caindo na periferia os aviões.

Então, eu queria dizer que o centro do debate é a defesa da vida e, para defendermos a vida, as condições se colocam a partir do ano que vem, somente. Não existem. Não estamos falando, aqui, da nossa opinião. Isso é opinião dos maiores infectologistas, daqueles que estão trabalhando na epidemia: Dr. Gonzalo Vecina, Dr. Paulo Lotufo, Dr. Saldiva, Atila Iamarino. Quem for consultado fala isso. Estamos nos apoiando na ciência, que é aquilo em que acreditamos. Então, não estamos aqui com achismo. Não é achismo.

O Dr. Gonzalo Vecina veio aqui, a esta comissão, a este comitê, e falou que, nos prontos-socorros infantis, hoje, há 10% da demanda. Por quê? Porque a escola é o local de contaminação por excelência, pelo número de contatos. As viroses e tudo o que acontece nesta época do ano – e em todas as épocas, mas, no inverno, mais ainda. Acontece pelo excesso de contato, que é da natureza da escola principalmente na educação infantil que trabalha basicamente com afeto, relação afetiva, com contato físico.

Então acredito que o eixo do debate é retomar só em 2021. Por isso apresentei o PL 441, e estamos batalhando para que possamos fazer esse debate. Tenho participado de reuniões com pais, não só com professores. Os pais estão apavorados com a possibilidade da volta às aulas e agora a Secretaria fica, enfim, acenando que se não colocar a criança, perde a vaga. Isso é de uma crueldade, de uma inumanidade indescritível.

Então o centro do debate é a data de volta às aulas e tem que voltar em 2021, porque estamos em uma guerra e estamos perdendo essa guerra com milhares de mortes na cidade de São Paulo. E isso pode aumentar com a volta às aulas precipitadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR.PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Vereador Donato. Mais algum Vereador quer fazer uso da palavra? (Pausa)

Com a palavra a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento os Vereadores, público do movimento social, das mães e quem está nos assistindo.

A discussão, em plena pandemia, deveria ser das soluções, soluções para a gente sair desse processo junto à técnica da Saúde, em vez de discutir a vida, como vamos salvar vidas. Estamos aqui fazendo uma discussão longa, recebendo vários especialistas para poder convencer - olha isso - convencer o Governo de que o caminho que está tomando é um caminho errado.

Eu acredito que esse processo em que se coloca as crianças em sala de aula, novamente, é um processo da morte, porque além da contaminação natural da escola, você acaba levando isso para dentro de casa. E as crianças ficam com quem? Ficam com seus avós, porque a maioria das mães tem que trabalhar e os avós, hoje, são as pessoas que estão com o maior risco.

Olha a situação deprimente que nos encontramos neste momento. Em vez de discutirmos como é que nós vamos garantir equipamentos aos professores, internet estável para poder preparar suas aulas. Em vez de discutirmos como os alunos, que não tem possibilidade de entrar na sala de aula pelo sistema *on-line*, podem ter *modems* populares, estamos discutindo para poder entregá-los, para uma sala de aula, para uma escola que vai estar contaminada, crianças e professores.

Não quero me estender, Presidente e demais Vereadores que estão presentes e público, mas estamos há semanas conversando sobre isso. E eles apresentam um projeto de

lei, que já entrou na Casa, para finalizar aquilo que eles querem fazer: que é a terceirização da Educação. Vocês já devem ter acesso a esse projeto. É, simplesmente, como o que está acontecendo no Governo Federal, que quer acabar com o Fundeb, eles querem trazer para a cidade de São Paulo.

Nós estamos bem atentos; Secretarias, Governo, Sr. Bruno Covas. Estamos atentos. E podem ter certeza, mesmo com a pandemia, se esse projeto vier para esta Casa para ser aprovado, vão ver o quanto os professores e as famílias vão se mobilizar contra esse projeto de lei.

Muito Obrigada, Presidente. Vamos à luta e na combatividade aqui na Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Não havendo mais Vereadores inscritos, vamos passar para as inscrições das entidades.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Com a palavra a Sra. Sheila, do Sedin.

A SRA. SHEILA - Boa tarde a todos que estão nos assistindo. Boa tarde a todos os companheiros que estão aqui na sala. Meu nome é Sheila, estou aqui substituindo a participação da professora Claudete Alves, representando o Sedin.

Se já não bastasse todo o rechaço à minuta do protocolo de retorno às atividades presenciais apresentadas por SME, na última quinta-feira, o Exmo. Prefeito enviou a esta Casa o PL 452/20 e quer que seja votado em caráter de emergência, em que propõe, dentre outras coisas, o programa Mais Educação Infantil. Como se não bastasse o programa Mais Creches ampliando ainda mais a privatização da educação infantil com a compra de vagas em escolas particulares na faixa etária de quatro a cinco anos. Como já debatido no programa Mais Creches, nos colocamos contra a utilização de dinheiro público na rede particular. Construam escolas, devolvam os prédios que são da nossa rede.

É importante, sim, pensarmos no atendimento das nossas crianças, que porventura estejam fora das unidades escolares, mas não vamos abrir mão da qualidade, do

atendimento com qualidade. Não podemos aceitar mais um projeto eleitoreiro que usará o poder econômico em detrimento à vida e à qualidade do ensino em nossa rede.

Um projeto que visa, em meio uma pandemia, salvar empresários que há anos precarizam as condições de ensino dos estudantes e condições de trabalho dos funcionários. Tanto se fala que não tem dinheiro e vemos nesse PL a concessão de mais de 200 milhões em auxílio material didático e auxílio uniforme escolar. Até mesmo os mais leigos entre nós aqui sabemos que tudo que se compra em maior quantidade se paga mais barato. Qual a lógica dessa gestão? Não tem competência para gerir uma cidade? Solicitamos que a Comissão de Educação peça uma audiência pública para discutirmos esse PL.

Em relação ao protocolo, “proibição de entrar nos prédios da escola” os bebês, crianças pequenas e suas famílias precisam passar por um novo período de adaptação. Isso não pode acontecer sem a presença dos familiares, sendo feito de forma a acolher e não traumatizar os bebês e crianças pequenas nesse espaço em que pouco tiveram contato. “Respeitar distanciamento mínimo”, temos salas com 35 crianças em algumas unidades escolares. De que forma vamos respeitar um distanciamento mínimo de 1,5 metros, como recomendado na área da Saúde? Serão fornecidas máscaras para todos os funcionários de modo que possam trocar a cada duas horas, ou quando estiverem úmidas, como também recomendado pela área da Saúde?

No CEIs, não sei se a Unifesp sabe ou a SPDM não existem salas dedicadas especificamente para horário de sono, sendo assim não há condições de adaptação para garantir o distanciamento mínimo físico de 1,5 metro. A organização dos ambientes para alimentação passar antes por uma discussão sobre recursos humanos, em relação a organização dos ambientes sanitários a mesma coisa. Será que a Unifesp e a SPDM realmente conhecem a nossa realidade?

O fluxo no início durante e o no final das aulas na educação infantil se faz com interação, portanto, não existe trabalho com bebês e crianças pequenas com distanciamento físico, com isolamento de armários, estantes coletivas e sem compartilhamento de brinquedos.

Não estamos falando de máquinas e sim de seres humanos em pleno desenvolvimento e fluxo de horário de intervalo nós observamos o item “isolar jogos e instalações externas que envolvam contato coletivo de objetos e superfícies”. Isso nos remete aos parques existentes em nossas unidades escolares de educação infantil. Então, nossos bebês e crianças pequenas terão de voltar às escolas para ficarem confinados em salas de aula, sentados em cadeiras, é isso?

Em relação à prática de segurança a área médica tem indicado 1,5 metros no mínimo e por que o protocolo diz um metro? O próprio protocolo já coloca que considera difícil uma distância mínima "especialmente em classes de crianças menores de 3 anos e 11 meses". Protocolo de higiene e desinfecção também precisa ser muito discutido, em relação aos produtos, em relação aos recursos humanos. As recomendações de limpeza para grupo de CEIs e EMEIs traz um completo desconhecimento de como acontecem as experiências pedagógicas na rede municipal de educação, quando vem dizer que cuidadores, uma vez que nós somos professores de educação infantil. E a proposta de oferta de brinquedos individualizados aos bebês dentro de berços não remete as nossas práticas pedagógicas.

No que diz respeito à educação infantil, o protocolo vem nos mostrar que realmente não podemos retomar as atividades presenciais, uma vez que nas etapas de educação básica, as propostas precisam ser significativas. O acolhimento não é só dos bebês e das crianças, mas de suas famílias. E como fazer isso sem o acesso das famílias às unidades escolares? Como construir ambientes seguros, acolhedores e estimulantes individualizando materiais?

Finalizando o próprio protocolo venha mostrar que a sala dos bebês e das crianças são locais onde eles "se encontram, aprendem, compartilham brinquedos, experimentam, se movimentam. Lugar de interação, comunicação, um lugar de possibilidades". Sendo assim, não cabem protocolos individualizadores restritivos de movimentação, utilização e compartilhamento de objetos e espaços, desprezando toda a história da educação infantil e da construção do nossa Cidade.

Obrigada a todos e não ao retorno.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Tem a palavra o Sr. Luis, do Sinesp.

O SR. LUIS - Boa tarde, parabênzo o Vereador Eliseu de trazer o professor Eduardo e a professora Minéa. É fundamental a discussão desse comitê de crise na presença deles. Eu não posso deixar de trazer aqui dois repúdios iniciais do Sinesp, primeiro pela estratégia que a SME tem usado, desde o início da pandemia, que para divulgação de suas ações é sempre na mídia. E a rede tem que correr atrás de informações oficiais. Hoje novamente quem soube das novidades ter que assistir o *SPTV* e a Secretária também fala que a minuta tem como base a construção. Nós trazemos um repúdio porque a gente tá entendendo que está sendo uma pseudoescuta. O Secretário nunca recua de suas colocações. Então essas *lives* que estão ocorrendo realmente a gente está repudiando a forma como está ocorrendo.

O protocolo apresenta uma data indicativa 08/09, entendemos que é impraticável, uma vez que não há segurança sanitária, proteção segura suficiente para conter uma maior disseminação do vírus. A Secretária também fala que o objetivo é organizar os espaços. O Sinesp tem o retrato da rede anual e que traz inúmeros problemas das unidades que persistem ano a ano. Eu, dentro dos assuntos, para não ser repetitivo eu foco nos recursos humanos. A necessidade de prover os quadros com urgência. Chamada de concurso: diretor, supervisor, professor; homologação do concurso de CPATE; contratação de professores e técnicos; ampliação do número de funcionários contratados para limpeza e merenda; prover a escola de funcionários de segurança na portaria, pois as escolas, além de terem de cuidar do prédio, terá que cuidar do fluxo de pessoas, entrada e saída; previsão de substituição de funcionário do grupo de risco e substituição imediata de servidores dos cargos disponíveis, impedidos pela instrução normativa 1720.

Então, eu trago alguns problemas que a gente tem que organizar as escolas para entendemos que esse protocolo não é realista. A última palavra teria de ser da unidade escolar. Faço coro com a Vereadora, que esse PL apresentado pelo Governo é realmente uma

terceirização da educação.

Obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O.k.. Próxima inscrita, Kézia.

A SRA. KÉZIA ALVES – Boa tarde. Primeiramente, quero só lembrar o nosso combinado na reunião passada. Queria que primeiro falasse 1 por entidade para depois virem as outras inscrições. Queria que isso fosse garantido, por favor. Estou vendo várias pessoas se inscrevendo da mesma entidade.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Está sendo feito isso, Kézia.

A SRA. KÉZIA ALVES – Obrigada. Em relação a esse protocolo, quero dizer, em nome das famílias à professora Minéa, representante da Secretaria aqui hoje, que nós não queremos e não vamos discutir protocolo de volta às aulas com essa data dada de retorno, dia 8 de setembro, em que pese o Secretário, em todas as *lives*, dizer que a data não é essa. Essa é a data que está posta, tanto que há uma previsão por parte da Secretaria, uma intenção do Recursos Humanos, que colocou esse PL. Até falei na sexta-feira à noite que para nós esse PL significa falta de vergonha na cara, porque não é possível que a gente não prime pela saúde e pela vida das nossas crianças.

Quero dizer para a Secretaria que antes do direito à educação vem o direito à vida; o direito à vida precede o direito à educação, e não vamos colocar nossos filhos para a morte, não vamos levá-los à morte. Há várias crianças já se contaminando, estamos perdendo várias crianças, que estão isoladas dentro de suas casas e que, por um motivo ou outro, contraíram o vírus e estão na UTI ou já faleceram. Então, não vamos admitir isso. Se formos fazer projeção, não importa se for 1 criança que será perdida ou se serão 100; para nós, não interessa, pois toda vida importa, e não vamos compactuar com levar nossos filhos à morte. Isso já está claro para nós.

Não queremos retorno neste ano. Não sei por que a Secretaria não está levando isso em consideração. Já que ela quer tanto levar para o lado dos números, dos protocolos e do platô, por que não leva em consideração que 76% dos pais não querem o retorno neste

ano? Também a maioria dos estudantes está morrendo de medo, todos estão apavorados, não querem retornar por conta dos seus familiares, porque podem contaminá-los.

Então, quero só entender. E quero também lembrar à Secretaria que o Prefeito foi eleito pela maioria do povo, e a minoria que não votou tem que aceitar, porque a gente vive numa democracia. Por que a voz da maioria não está sendo ouvida? Que democracia é essa? Que gestão democrática é essa que a SME está pregando nas *lives*, mas que não existe?

Eu gostaria também de perguntar qual foi o professor do chão da escola, qual foi o profissional de educação do chão da escola convidado para compor esse Comitê para realizar esse protocolo, para pensar nesse protocolo. Parece que a própria Secretaria não conhece a condição das escolas em que vivemos, mas nós pais de alunos – e principalmente os nossos filhos – conhecemos o dia a dia da escola e sabemos que esse protocolo não tem condição (falha na transmissão, ininteligível). (Ininteligível) a data do retorno, que não será neste ano em hipótese alguma, pelo menos essa é a posição dos pais.

Então, vamos discutir o protocolo, vamos criar uma Comissão para isso. Essa é a nossa proposta do Crece central. Desde o início, desde abril está-se tentando um diálogo com a Secretaria para se criar um Comitê de Crise para fazer propostas de retorno às aulas, para poder fazer um protocolo para organizarmos as nossas escolas. Esse retorno tem que ser 100% seguro, e não minimamente seguro. Porque quem vai ficar sem o seu filho é o pai, a mãe. Alguém aqui já passou pela dor de perder um filho? Será? Quem fez esse protocolo para o retorno às aulas neste ano já passou pela dor de perder um filho? Digo que várias pessoas passaram por isso, e é uma dor infinita, que não passa, a pessoa não tem mais vida. Não quero que nenhum pai de aluno passe por isso! Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Próximo inscrito, Maciel, do Sindsep. Por 3 minutos até um máximo de 5 minutos, por favor.

O SR. MACIEL SILVA NASCIMENTO – Obrigado, Presidente. Peço desculpas por estar em trânsito e com a rede bastante instável. Peço desculpas caso haja falha em algum momento. Estou em trânsito inclusive porque estou indo a um local realizar um teste de Covid-

19 em vista da situação que estamos vivendo na Cidade.

Primeiramente, quero, na pessoa da Minéa, dar boa tarde a todas as mulheres e mães que estão acompanhando esta audiência pública. Também cumprimento o representante da Unifesp e enfatizo o quanto é importante podermos estar discutindo essas questões.

Minha fala foca no campo dos procedimentos, Presidente, Minéa e Sr. Representante da Unifesp. É muito ruim para nós que estamos aqui fazendo um debate de defesa da vida e tendo, por exemplo, a necessidade de lembrar, a todo momento, que a iniciativa de formação desse Comitê Emergencial de Crise da Educação se deveu à ausência de respostas da própria Secretaria, Minéa. É complicado que tenhamos que fazer esse debate dessa forma, a partir da mobilização de entidades sindicais, a partir da mobilização dos movimentos sociais que lutam pela educação em nossa cidade por conta de uma ausência de retorno da própria Secretaria, que deveria ter sido a primeira interessada em fazer esse debate.

Os procedimentos se dão inclusive quando se reabre a possibilidade de um debate, e esse debate vem de várias formas. Vem, por exemplo, por várias reuniões do Comitê sendo realizadas sem a presença de um representante da Secretaria. Nesse sentido, quero pedir e já encaminhar, Minéa, que você possa fazer essa representação contínua nas reuniões do Comitê. É importante para nós ter com quem dialogar o tempo todo, mas dialogar de uma forma que seja possível abrir espaços para a escuta. Reforçar as discussões por *lives*, como vem sendo feito pelas 13 diretorias, não configura uma escuta; é, na verdade, um roteiro sendo seguido pelo Secretário, inclusive sendo descortês com a opinião dos trabalhadores que estão expressando neste momento, depois de tanta fala represada, a possibilidade de colocar seus sentimentos. Aí, temos uma descortesia do Secretário minimizando as falas dos profissionais, dizendo que as pessoas estão erradas. Acho que não é esse o momento para isso. Quando me proponho a um debate, me proponho a dizer o que penso, mas também a ouvir o que as pessoas pensam para buscar um denominador comum. Isso não tem acontecido nas *lives*.

Não podemos dizer que a minuta está sendo debatida, ela não está sendo debatida. É uma posição fechada da Secretaria e que muito nos angustia, porque na verdade

estamos tratando de vidas. Hoje aqui nós temos uma fala que é fundamental para podermos analisar: nós temos um posicionamento do representante da Unifesp dizendo que é possível que nós não voltemos neste ano. A Secretaria, a Unifesp e os envolvidos na construção dessa minuta já poderiam definir isso. Acabem com essa agonia dos pais. Não reprimam os pais, no sentido de falarem: “Vocês perderão a matrícula se não levarem suas crianças”. O direito à vida é essencial.

Então, o que nós queremos colocar aqui, Sr. Secretário, não é nem debater que, durante a construção de uma minuta, que está sendo debatida, na rede, eu apresento um PL, constando questões que são citadas na minuta. Esse PL não tem condições de tramitar na Câmara Municipal, e vai ser uma pena. Nós temos que mobilizar a comunidade educacional da cidade de São Paulo, para poder recorrer à Câmara Municipal, porque é a única forma de escuta que, às vezes, nós temos, sob pressão, e aí não há jeito. As entidades sociais terão que fazer suas mobilizações em plena pandemia, para poder impedir que seja dilacerado o processo educacional na cidade de São Paulo, em especial, na Educação Infantil, com compra de vagas na rede particular.

Quero finalizar fazendo uma pergunta. Quero também me dirigir à representante da Unifesp: Além das creches, os centros de Educação Infantil conveniados que vocês possuem com a Prefeitura, entre tantos convênios, das unidades educacionais da rede direta, quantas foram visitadas para a construção da minuta? Essa é uma pergunta que para a gente é muito importante, para conhecer o chão da escola, saber a dinâmica da escola, entender como ela funciona, saber como é o público-alvo, que são os alunos, os bebês, as crianças pequenas e os adultos. O desenvolvimento nesse espaço é fundamental. A pergunta é: Quantas unidades de Educação Infantil foram visitadas pela Unifesp, para desenvolver uma discussão sobre a dinâmica estabelecida?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Margarida.

A SRA. MARGARIDA - Boa tarde, Sr. Vereador Eliseu, Sra. Minéa e Sr. Eduardo,

colegas sindicalistas e todos aqueles que estão na escuta aqui. Muito já foi falado. Eu não vou ser repetitiva, mas tenho que pontuar algumas coisas. Primeiro, a SME está fazendo aquilo que a gente chama de escuta surda. Não adianta. Já estiveram em oito DREs para conversar com o pessoal, para monologar, porque inclusive a questão do *chat* foi fechada, para que as pessoas não tivessem mais acesso, para não poderem fazer mais questões, para não mandarem mais perguntas. Então, isso para mim não é escuta, é uma escuta surda.

A gente agradece muito o Dr. Eduardo. Eu fui uma das pessoas que defendeu que fossem convidados sim os especialistas, especialmente quem elaborou o protocolo, para que pudéssemos esclarecer sobre dúvidas que tivéssemos sobre o protocolo. Embora a minuta esteja bastante clara, ela retrata aquela escola que eu persigo há seis décadas, desde que eu estudava na escola pública do Ensino Fundamental à universidade e toda a minha vida profissional, que foi dentro de escola pública. Não há condições de aplicabilidade da minuta de protocolo que foi apresentada. Ainda que a gente reconheça uma qualidade técnica bastante apurada a esse documento, é claro que não temos como viabilizá-lo nas estruturas de escolas que nós temos. Não se menciona a questão de alunos com necessidades especiais. Como é que nós vamos distanciar de alunos com necessidades especiais? Como é que nós vamos fazer para trabalhar com essas crianças? Como é que nós vamos conseguir trabalhar na Educação Infantil sem o contato com as crianças? Como é que nós vamos ter distanciamento? Como é que vamos garantir que as crianças não brinquem entre elas, que fiquem sentadinhas, imóveis nos lugares? Não ficam. Não vai haver condição. Alguém falou em testagem da população, testagem dos profissionais de Educação, testagem dos alunos e testagem das famílias? Não, ninguém vai testa nada. Abrem e trazem tudo de volta. Quem que vai fiscalizar, por exemplo, o transporte público? Quem vai garantir que aquele transportador, que vai ter que dobrar a sua frota, para poder atender à mesma quantidade de crianças, vai higienizar corretamente, com todas as indicações do protocolo, o seu veículo? Não há como garantir. Não há condições. O que nós precisamos? Nós precisamos ter paciência sim. Nós precisamos aguardar que a população possa ser vacinada. Nós precisamos de vacina. Isso é o que vai dar

garantia. Isso é o que vai dar segurança. Isso é o que fazer com que as pessoas não levem os seus filhos para a morte, não levem as crianças para se contaminarem e trazerem de volta para suas casas a contaminação. Falo não só das crianças, como dos profissionais de Educação, das famílias, de todo mundo.

Gente, vamos fazer o quê? Explodir de novo a pandemia na Cidade, agora que estamos começando a chegar a um platô? O platô, na verdade, é a confissão da incapacidade de lidar com o problema, porque ele é mantido num platô. Estão conseguindo impedir que ele aumente, mas o platô significa que a gente não conseguiu lidar direito com isso. Ele se mantém ali. Além de tudo isso, a gente recebe, na Câmara Municipal, um projeto de lei, o 452, para viabilizar essa retomada. O que é pior: Em vésperas de eleições, fazer a distribuição da verba pública, para a iniciativa privada e ter um cunho bastante eleitoreiro para a população. Podem falar: “Opa. Vão dar dinheiro para comprar uniforme, vão dar dinheiro para comprar material”. A troco, no final de ano, às vésperas de eleições? Poupe-me.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – OK.

Tem a palavra a Sra. Pati.

A SRA. PATRÍCIA PIMENTA – Olá, tudo bem. Sou do Sinpeem. Cumprimento todas as mulheres e os homens que estão presentes nesta reunião. A gente tem muita satisfação de receber o Sr. Wagner, da Secretaria, para que a gente construa uma política pública desse retorno. Ninguém aqui sequer planejou esse momento, a pandemia no ano passado. Foi mostrado para a sociedade como é frágil o projeto educacional na nossa cidade de São Paulo. Essa fragilidade mostra para a sociedade como os profissionais de Educação, nas lutas implementadas durante todos esses anos, é correta, porque, conforme o Sr. Eduardo, o protocolo não é realista e ideal.

Esse protocolo, conforme o Sr. Eduardo disse, não é um protocolo realista e também não é o ideal. Ele não é realista porque as condições das nossas escolas já estavam precárias, e isso foi demonstrado agora, durante a pandemia. Eu sou diretora de escola e, no

ano passado, eu fui solicitar uma faxina nos computadores da sala de informática e simplesmente eu não tinha quem o fizesse, porque havia apenas duas funcionárias da limpeza para cobrir um turno, das 6h30 às 20h.

Então, é essa a nossa realidade, é com isso que nós lidamos neste momento, quando a higiene é fundamental para preservar as vidas. Desde que esse documento foi apresentado, salvo engano, há duas semanas, para a rede, após inclusive a participação do Secretário neste Comitê, não houve nenhuma ação efetiva da Secretaria para reestruturar as nossas escolas e possibilitar essa abertura a partir do dia 8 de setembro.

Ninguém é contra o retorno. Nós queremos retornar aos nossos trabalhos, nós queremos fazer com que a criança tenha direito a estudar, porque também o trabalho remoto mostrou a desigualdade social que há na nossa cidade. O que nós não aceitamos é voltar nessas condições, em que a vida, que é o nosso bem maior, está em risco.

Então, esse protocolo não é real e não é ideal, principalmente no que tange à educação infantil, porque não são crianças presas em berços, não são crianças interagindo com objetos; são crianças que precisam do toque, do afago e do acolhimento para se sentirem seguras. Quando o representante Eduardo Alexandrino diz que as mães precisam deixar os seus filhos em algum lugar, esse algum lugar não é a escola, porque a escola é o principal lugar para que essas crianças adquiram conhecimento e para que elas exerçam a sua cidadania no futuro (falha na transmissão) com muita responsabilidade. Escola não é (falha na transmissão) maior. O que nós não temos conseguido alcançar é a formação humana, e é isso que nós defendemos.

Escola não é algum lugar. O que esta cidade precisa é de uma política pública para apoiar essas mulheres que, em sua maioria, são as chefes de família e que acabam tendo mais segurança de enviar as suas crianças para as escolas para se sentirem seguras.

Então, vamos colocar o que é certo. Inclusive a nossa solicitação para que a Saúde nos ouvisse é porque nós não somos profissionais da saúde e temos que ser orientados quanto aos protocolos para preservar a vida. No entanto, o profissional de saúde também não

é o que entende a dinâmica da escola.

Assim, eu pergunto: se a partir da publicação dessa minuta, essa reestruturação das escolas não chegou, ela chegará em 8 de setembro? Claro que não, porque nós estamos recebendo inúmeras queixas de gestores que a todo o momento, desde o começo da pandemia, juntamente com o quadro de apoio, está assistindo essas comunidades sem álcool gel, sem papel higiênico, sem pessoal para limpar a escola. Nós teremos essas condições para os professores e as crianças retornarem? Não. Setenta e cinco por cento da nossa comunidade diz não ao retorno.

No Brasil, já são 80 mil casos, sendo que 20 mil são na nossa cidade; ou seja, um quarto das mortes está na cidade de São Paulo. Por isso, não dá para ser leviano e não dá para garantir esse retorno no dia 8. Que nós usemos esses meses que estão para (falha na transmissão) de 2020 para fazer chegar (falha técnica) para os profissionais da educação.

Sobre o PL 452, o Sinpeem também é contra. Isso não passa de um momento eleitoral. Criança, neste momento, precisa da vida garantida e não de uniforme escolar. Além disso, a nossa rede tem excelência ao amparo, ao cuidado e à educação das crianças da primeira etapa da educação básica. Isso é uma privatização de mais uma etapa dessa modalidade de ensino.

Para nós, não há retorno, e que fique claro que o Sinpeem vai organizar a luta, e agora nós não temos só os nossos profissionais da educação conosco, nós temos toda a comunidade escolar, porque pais, mães e professores querem viver para poder contar o dia de amanhã.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigada, Sra. Patrícia Pimenta.

- Manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Só um minutinho, por favor.

O problema é o seguinte: agora nós temos a Luci e depois há outras pessoas inscritas. Então, Luci, três minutos.

- Manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu já sei. Eu já sei. Eu já sei que não falou. A Luci vai falar. Por favor, Luci, três minutos, porque já há muita gente inscrita e nós ainda temos que ouvir as palavras do Professor Eduardo Alexandre e também da Minéa, que estão ouvindo e têm que falar um pouco.

A SRA. LUCI – Boa tarde. Primeiro eu quero dizer que eu acho muito importante este Comitê ouvir todos os fóruns; que a representação seja composta dessa forma.

Eu fui muito contemplada em várias falas e queria dizer à Professora Minéa que eu todos os dias eu dialogo com mães, com cuidadoras, com familiares, com bebês, com professores e professoras, e ninguém que eu conheço ou que os meus amigos conheçam, participaram de qualquer intenção de minuta. Eu quero que isso fique registrado.

Os fóruns de educação infantil estão de olho, estão acompanhando, porque vemos que a pandemia passou a ser a justificativa para que alimentemos o capital de empresas privadas, privatizadas. Isso está claramente atrelado ao projeto de lei apresentado, do qual a maioria aqui já falou. Nós não vamos aceitar *voucher* em hipótese alguma. Não é possível nós pensarmos nessa privatização em vias de que temos aí o Fundeb e uma série de riscos para a educação, principalmente para a educação infantil.

Para encerrar, eu queria voltar a uma fala que diz o seguinte: qual é o nosso plano para combater a pandemia? Nós vamos pensar em protocolo que combata a pandemia e não que a alastre. E, por último, eu queria chamar a atenção para que serve um comitê, para que serve uma audiência pública. Aqui não há tontos. Sobre essa escuta surda, que já foi dita aqui, acho que também tem a palavra que não se comunica, mas isso são mecanismos de excluir a população que utiliza os serviços públicos.

Onde está o orçamento da Secretaria para que alimente as nossas famílias, os nossos bebês e as nossas crianças que não estão no CAD único, que é hoje a referência para qualquer coisa que se vai fazer nesta Cidade? A fome avança. Qual é o plano para gente conter a pandemia? Queria que respondesse isso porque estamos aqui em várias reuniões e o

cartão-alimentação ainda não chegou para todos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Ok. Vamos passar a palavra Maria Vilani, do Fórum Municipal de Educação.

A SRA. MARIA VILANI - Boa tarde a todos.

Participando e assistindo as *lives*, muitas questões são feitas ao Sr. Secretário, mas infelizmente ele não tem respostas. Uma delas que nos causa muita preocupação é, primeiro, que o protocolo é inviável para nossa Cidade, para nossa região, muito menos para as nossas periferias, principalmente Grajaú de onde eu falo.

Ele não responde de que forma esses profissionais técnico de engenharia, saúde vão se responsabilizar e acompanhar. Ele fala de responsabilidade coletiva. Responsabilidade coletiva de quem? Dos gestores das unidades? Dos supervisores escolares? Das DREs? Então, não existe no protocolo forma de acompanhamento e forma de segurança. Isso é uma questão.

Segunda questão: será que a Cidade inteira está errada e somente a Unifesp está certa? Quais são os outros órgãos que foram consultados para ir além desses protocolos do jeito que está posto? Só a Unifesp? Quer dizer, os Fóruns estão dizendo que não, 76% da população está dizendo que não vai levar os filhos. Só esse protocolo e a Secretaria estão certas? Estamos em uma audiência em que metade das pessoas envolvidas, dos colegiados, dos fóruns estão dizendo que não e somente a Secretaria está certa? E ainda que a Minéa responda de que forma vai respaldar essas famílias por que dizer que perde a vaga e não vai segurar vaga é muito fácil. Como é que a Secretaria vai respaldar essas famílias em relação a essa não frequência? Dizer que em 15 dias a criança perde a vaga é muito pouco. O Ministério Público vai atuar e esses fóruns também vão atuar com certeza. Então, a Secretaria precisa respaldar essas famílias e não simplesmente dizer que perdeu a vaga.

Por último, dizer que é muito deprimente quando a gente - isso isso aconteceu comigo e com várias outras pessoas - vai a uma *live*, faz o exercício, abre as portas das nossas casas com mais de 30 mil assistindo e o Secretário acha que a gente está fazendo política

partidária. Isso é deprimente. A gente está ali preocupado com vidas. Nenhum de nós - falo por mim - está interessado em um cargo de Vereador e muito menos em ser Secretária da Educação. Estamos, sim, lutando pelas vidas que a gente perde todos os dias nas periferias de São Paulo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Sara está presente?

(NÃO IDENTIFICADA) - Eliseu, gostaria que você anunciasse a presença do Ministério Público, os promotores do Geduc, por favor. Eu esqueci.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Eu não sabia que eles estavam presentes.

(NÃO IDENTIFICADA) - Dr. Eliseu, eu me candidatei como população e sou a segunda inscrita. Vou ter direito a fala?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - A próxima é Sara Naranjo Curti. Está presente?

- Falas sobrepostas.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Não está. Leila Ferreira Anish.

(NÃO IDENTIFICADA) - Quero anunciar a presença dos promotores do Geduc, Dr. Daniel e Dr. João.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Dr. Daniel e Dr. João, muito obrigado pela presença. Fizemos o convite, mas não sabia que os senhores estavam presentes e por isso não anunciei. Desculpem-me. Vou passar a palavra para a Leila e se V.Exas. quiserem falar, por favor, a palavra estará à disposição.

Por favor, Leila.

A SRA. LEILA FERREIRA ANISH - Boa tarde.

Primeiro, quero discutir essa minuta. Eu falo tanto como servidora como a mãe de aluno. Aqui está falando que a equipe de limpeza passará por formação de protocolo de saúde, na página 9. Só que a equipe de limpeza tem contrato por metro quadrado. Como a gente vai fazer limpeza por metro quadrado? Diz também que será feita a higienização dos brinquedos.

No contato da limpeza não ha este trabalho. Quem fará? Diz também que será fornecido o *kit* para os alunos com copo, diz também que os bebedouros estarão isolados. O aluno vai pegar com seu copo onde a água? Quem vai servir essa água?

Nas diretrizes, página 7, consta também que terá protocolos para os CEUs. Eu não achei esses protocolos tanto é que eu solicitei ao Rafael Robles, ao sindicato e não recebi. Gostaria de saber onde está o protocolo para os CEUs. Eu trabalho em CEU, meu filho estuda no CEU. Eu gostaria de saber.

Também pergunto, na volta às aulas, que não seja este ano, que seja no próximo ano: os analista de educação física que fornecem CEUs voltarão também no início, junto? Os analistas de biblioteca voltarão com a mediação de leitura com a biblioteca aberta? Os analistas que trabalham em CEU e fornecem aula para a população e para as unidades lá dentro, a maioria das aulas são coletivas, tem futsal, tem natação, entre outras, terão essas aulas ou não? Outra pergunta também que eu faço: qual a necessidade hoje de um CEU ficar aberto de segunda a segunda-feira, 12 horas por dia? Não temos de ter o isolamento? Por que temos de trabalhar 12 horas por dia - 8 horas todos os dias cada servidor? Não foi reduzido nosso horário.

Onde eu trabalho são sete ATEs, cinco estão afastados. Com essa contratação que ele falou serão feitas, esse cinco ATEs de CEU serão contratados também? O contrato de vigilância foi reduzido em 50% neste mês. Onde eu trabalho está recebendo abrigados, moradores em situação de rua, 24 horas por dia. Continuamos trabalhando diariamente tanto é que meus próximos quatro dias de trabalho, meu horário é das 7h às 15h30, mas eu irei trabalhar das 10h30 às 19h. Além de continuarmos trabalhando, dividindo espaço, o nosso horário foi alterado. Que segurança nós teremos? E qual segurança eu terei para mandar o meu filho para a creche? E qual o protocolo a Prefeitura pensa para os Servidores da Educação neste momento? Vocês já se perguntaram em quais situações nós estamos trabalhando - tanto lá, presencialmente, quanto em casa? De quais equipamentos nós disponibilizamos para trabalhar?

Não quero a volta das aulas. Também concordo que não devemos voltar. Tenho um filho e se eu tiver a opção de não mandá-lo para a creche, eu não vou mandar. Mas isso tem de ser uma opção. Eu continuo trabalhando e o meu filho fica onde? Na creche. Eu estou falando em creche, não estou falando em escola.

Então, eu acho que tem de se pensar não só na volta às aulas, mas nos protocolos hoje para os Servidores Municipais. Estamos sendo vistos? Temos todos os equipamentos de segurança? Eu já informo para vocês que não.

Muito obrigada.

- Falha na transmissão.

(NÃO IDENTIFICADA) – A transmissão do Vereador Eliseu Gabriel caiu.

O SR. DANIEL SERRA AZUL GUIMARÃES – Boa tarde. Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Deu um problema técnico aqui. Quem está falando?

O SR. DANIEL SERRA AZUL GUIMARÃES – Boa tarde. Eu sou Daniel Serra Azul, Promotor de Justiça, do Geduc, do Ministério Público de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado, Dr. Daniel. Com a palavra.
(Pausa)

Eu não estou ouvindo. Dr. Daniel, acho que caiu a sua ligação. (Pausa)

Acho que caiu a ligação lá.

O Dr. João está presente também?

O SR. JOÃO PAULO FAUSTINONI – Boa tarde, Vereador. Como vai.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Boa tarde, Dr. João. Com a palavra.

O SR. JOÃO PAULO FAUSTINONI – Os senhores me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Sim. Muito obrigado pela presença.

O SR. JOÃO PAULO FAUSTINONI – Imagine. Na verdade, nós viemos para ouvir o debate.

Eu me chamo João Paulo. Sou Promotor de Justiça do Geduc. Trabalho com o Dr.

Daniel Serra Azul. Convidados, viemos para ouvir o debate que está sendo travado aqui, na Câmara Municipal de São Paulo; para informar também que o Ministério Público do Estado de São Paulo, desde o final de abril, criou um grupo de trabalho, um gabinete de crise sobre os impactos da Covid-19 em diversas áreas de atuação. E nós integramos o comitê temático da área de Educação.

Então, agora, estamos acompanhando, tanto no âmbito estadual como no âmbito municipal, o que vem sendo noticiado a respeito de uma possível retomada das aulas presenciais.

Fizemos diversas reuniões, tanto com as Secretarias, como com a Undime, Conselho Estadual da Educação, enfim, com alguns especialistas também da área da Educação Infantil, da área de gestão pública em Educação, com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Temos procurado tentar colher o maior número de informações possível nesta situação bastante delicada que enfrentamos e elaborando alguns enunciados, algumas diretrizes institucionais. Nos próximos dias, devem sair algumas diretrizes, alguns enunciados do Ministério Público do Estado de São Paulo quanto à volta às aulas.

Muito resumidamente, basicamente o que nós temos sugerido agora, neste momento, aos Promotores e Promotoras é que cobrem dos sistemas justamente o início de um planejamento que seja participativo, que tenha como premissa básica o respeito à vida e à saúde dos alunos, das trabalhadoras e dos trabalhadores da Educação e dos seus familiares. Que haja, portanto, o início de um planejamento que tenha a participação de todos os segmentos. E que os protocolos, tendo em vista o melhor conhecimento científico disponível, também sejam discutidos com as comunidades escolares. Que os Promotores e Promotoras cobrem também dos sistemas a capacitação e formação dos seus profissionais, caso os protocolos sejam aprovados. Reserva de recursos para que eles possam ser implementados, pensando tanto em RPIs como em infraestrutura das escolas. E, certamente, o Ministério Público vai fiscalizar, tanto as condições sanitárias para uma possível reabertura das escolas, retomada das atividades presenciais, como efetivamente a construção participativa dos

protocolos e a real implementação do que vem sendo projetado.

Mas, basicamente, a nossa participação hoje, aqui, é uma participação de escuta para sabermos. São recentes as informações sobre essa minuta apresentada pela Prefeitura.

Eu não sei se o Dr. Daniel conseguiu voltar. Se ele quer acrescentar algo.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Voltou, voltou.

O SR. JOÃO PAULO FAUSTINONI – Mas, de minha parte, dizer que o Ministério Público segue à disposição e vem acompanhando atentamente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado, Dr. João Paulo. Muito obrigado mesmo.

Dr. Daniel Serra Azul quer falar um pouquinho?

O SR. DANIEL SERRA AZUL GUIMARÃES – Bom, eu não tenho muito a acrescentar ao que o Paulo já disse.

Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Sim, ouvimos.

O SR. DANIEL SERRA AZUL GUIMARÃES – Eu só vou acrescentar que esse acompanhamento que fazemos é pautado na legalidade e administrar e aplicar a lei, de ofício. A fiscalização que fazemos é isso, do cumprimento da finalidade legal, da legalidade estrita. E mesmo no campo da discricionariedade administrativa, que é o caso do qual estamos tratando, em que existe uma certa margem para que a Administração faça escolhas, apesar do..., para além do que a lei determina, precisamos ver se as situações que estão sendo projetadas... É o que foi dito: se vão ser realmente realizadas e se elas estão de acordo com os critérios científicos que estão emanando neste período de acompanhamento da pandemia.

Gostaria de parabenizar a iniciativa da Câmara Municipal por fazer esta audiência. Vocês sabem que o Ministério Público é a única instituição que recebeu da Constituição o dever de fazer a defesa da ordem jurídica democrática, a defesa do regime democrático. E, na área da Educação, é sempre muito importante, tendo em vista o tamanho da rede – especialmente quando estamos falando de São Paulo, Estado ou Município -, é muito

importante que as coisas não sejam feitas de cima para baixo, para dizer em um português claro. Mas, juridicamente, isso é importante. Isso iria contra os princípios da gestão democrática da Educação pública.

Então, é muito importante isto que vocês estão fazendo, esta abertura para que todos os setores se manifestem. E reforço aqui: ...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Caiu de novo.

Dr. Daniel Serra Azul, assim que voltar, retomaremos.

Agora quero passar a palavra para o Professor Eduardo Alexandrino e depois para a Professora Minéa. Dr. Serra Azul, liga o seu microfone, por favor, seu microfone está desligado. Dr. Daniel, o seu microfone está desligado. (Pausa) Não estamos conseguindo acesso com o Dr. Daniel. Está funcionando, mas o microfone dele está desligado.

Professor Eduardo Alexandrino de Medeiros tem a palavra.

O SR. EDUARDO ALEXANDRINO SERVOLO DE MEDEIROS – Primeiro, acho que foi muito rico esse debate, realmente muito importantes as colocações, mas quero deixar minha opinião como especialista, não estou aqui representando a Unifesp, ou aprovando a questão da Prefeitura. Não é essa a questão, mas acho que é um grande momento em que independentemente da data de retorno das atividades, porque essa data de retorno obviamente tem de ser analisada de acordo com o cenário epidemiológico. Também sou pai e é óbvio que ninguém quer expor nenhuma criança, adolescente a risco, nenhum aluno que esteja envolvido nisso.

E volto a falar que a escola tanto para mim, como pela importância... Desculpe, Professora Pati, talvez não tenha sabido me expressar quando falei algum lugar, não foi com nenhuma ideia pejorativa. É óbvio que a escola é a referência para todos em sua formação. Desculpe se não me expressei adequadamente, mas independentemente da data de retorno das nossas atividades, acho que é um momento muito importante para planejarmos essas ações...

- Falha na transmissão do áudio.

O SR. EDUARDO ALEXANDRINO SERVOLO DE MEDEIROS – Está tendo um eco, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Estamos com problema de transmissão, toda hora cai. Mas vamos lá, Professor.

O SR. EDUARDO ALEXANDRINO SERVOLO DE MEDEIROS – Independentemente da data de retorno, e isso tem de ser analisado obviamente pelo cenário epidemiológico. Acho que é muito importante aproveitarmos esse debate, aproveitar esse momento para aprofundar o planejamento.

Ouvi de muitos colegas que é um plano irreal, não corresponde à realidade. É claro que não corresponde à realidade, é um plano de reorganização da escola. Acho que é uma base inicial. E a partir das características da escola, da idade, do tipo de escola em que está sendo trabalhado, esse plano deve ser analisado nessa situação e ser adaptado a muitas questões. Acho que essa é uma base inicial e claro, deve ser alterada, corrigida, adaptada. Não estamos aqui pondo uma minuta final de situações. Tem de ter a participação de todos que estão envolvidos no dia a dia e readaptar essa situação a essa realidade.

Mas quero deixar claro que vacina não teremos antes do segundo semestre de 2021, por melhor que possamos fazer até lá. Os protocolos começaram agora, em junho. É preciso um tempo de avaliação. Fabricar essas vacinas tem um operacional enorme. Então só conseguiremos isso a partir do segundo semestre de 2021, se tudo der certo, se a vacina for adequada.

Temos um longo período pela frente. Vamos aproveitar isso para melhorar nossas escolas, criar uma estrutura de segurança dentro da escola. Nem todas vão conseguir esse caminho, mas vamos nos esforçar. A ideia agora é estarmos debatendo como fazer, como planejar esse processo e é óbvio que acompanhar depois. Ter uma estrutura de acompanhamento dessa melhora da escola.

E a data, vamos analisando. Temos um grupo de trabalho enorme na Secretaria do Estado, nas prefeituras, na Câmara, para analisar e trabalhar da melhor forma. Não estou

defendendo que se iniciem as atividades em 08 de setembro. Se alguém entendeu isso, desculpe, está errado. Minha primeira fala foi exatamente de que esse não é o debate desse momento, porque há vários outros fatores envolvidos. Mas acho que é o momento de realmente planejar as nossas ações e ter data para esse planejamento e para a operacionalização desse processo.

Muito obrigado, Vereador Eliseu Gabriel e a todos os presentes.

- Manifestações simultâneas. Falha na transmissão do áudio.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Agradeço o Professor Eduardo Alexandrino de Medeiros pela participação e a paciência de ouvir. Muito obrigado. Foi importante para todos nós.

Professora Minéa com a palavra.

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Para podermos finalizar porque sei que o Professor Eliseu tem horário, acho que essa discussão, como já falamos, não se esgota aqui. Vou falar de alguns pontos que foram trazidos na reunião que para nós são muito caros.

Nós, Secretaria da Educação, e é uma coisa sempre muito interessante quando falamos: vocês, Secretaria; nós, chão da escola. Não consigo entender por que há essa dicotomia no entendimento de uma rede. Nós somos uma Rede Pública de Educação. Nós, servidores públicos, porque sou servidora pública também, sou Coordenadora Pedagógica de uma EMEF e estou na Rede há 20 anos.

Então me incomoda o fato de que algumas pessoas falam, e não é só hoje, e acho que muitas das dúvidas ou muitos dos apontamentos acontecem porque, talvez, dialogamos pouco e seja necessária uma ampliação nesse diálogo.

Agora, nós conhecemos o chão da escola, somos servidores públicos e a equipe da Coped inteira é de chão de escola – professores, coordenadores pedagógicos, supervisores de ensino, diretores de escola. Então falamos de um lugar de bastante conhecimento do que é educação. E eu trago, além disso, a fala do Prof. Eduardo, que representa muito bem o sentimento de angústia, de medo. E o que temos ouvido nas *lives* é que isso aqui é uma escola

que não existe, que é uma escola irreal. É uma escola que não existe mesmo, porque uma escola pós-pandemia é algo que desconhecemos, é algo que vamos ter que construir a partir de hoje. E aí o Maciel traz, e eu até retomo a fala dele, de que a minuta não está sendo debatida.

Efetivamente, a minuta não está sendo debatida. Ainda estamos no debate da questão de que volta, não volta, é 8 de setembro, não é 8 de setembro. O 8 de setembro está presente, inclusive, na minuta, porque foi um encaminhamento inicial da Secretaria do Governo, era um vislumbre do que poderia ser esse retorno. Ninguém está falando de que vai voltar em 8 de setembro. E o próprio Secretário afirma isso diariamente.

Quando algumas pessoas indicam da *pseudoescuta* – o Luís, do Sinesp – ou da *escuta surda*, nós precisamos entender que não é porque a Secretaria não está dizendo “Olha, vocês têm razão, não abriremos a escola nem agora, só depois do Carnaval, como algumas pessoas falaram”. Se nós nos posicionamos nesse sentido, então a escuta foi realizada? Nós precisamos entender o que é escuta também. Seria irresponsável da parte da gestão desta rede que é composta por todos nós dizer assim: “ah, não sabemos quando abriremos. Pode ser 8 de setembro, outubro, novembro, depois do Carnaval. Então, quando estiver chegando perto, falamos sobre”. De jeito nenhum, há compras a serem feitas, e compras exigem processos licitatórios que demandam muito tempo, muito esforço – pelo menos, dois, três meses. Como foi indicado por todo mundo, há questões estruturais das escolas que precisam ser revistas. Por isso, reformas estão sendo feitas.

Contratos: o próprio Secretário já falou que todos os contratos estão sendo revistos. Efetivamente, não dá para colocar em prática um protocolo de saúde como indicado na nossa minuta com a quantidade de funcionários que temos hoje. Isso está sendo revisto, está sendo estudado, está sendo analisado. Então há todo um conjunto de ações já sendo estruturadas para que as escolas se organizem no sentido de que nós tenhamos uma estrutura adequada.

Nós temos feito, inclusive, formação, porque sabemos que não é um momento fácil para as pessoas. Estamos cuidando com perda, com luto, com situações de medo, de

insegurança. O Napa tem atuado com formação para todos os nossos educadores, que só se ampliarão.

Faremos protocolos para os protocolos de saúde, porque isso também é novo para gente. Que produtos de limpeza podem ser usados com bebês e crianças em espaços onde bebês e crianças estão; e com os maiores. Como é que vamos fazer o bebedouro. Precisamos também interpretar o que está escrito. É lógico: em que sentido eu falo que o bebedouro não pode ser usado? Porque eu não posso colocar a boca lá. E é por isso que estamos dando copo para cada uma das crianças. Mas é do bebedouro que se pegará a água. Então nós precisamos começar a pensar também nesta minuta, porque é ela que vai ser materializada na sala de aula quando voltarmos. Hoje...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Seu microfone foi desligado, Minéa.

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI - O Dr. Eduardo traz essa questão do tempo da vacina, e nós sabemos qual é a cobertura vacinal nas nossas crianças. Fazemos campanha. Mesmo da H1N1 ou de tantas outras, como sarampo, nós fazemos uma coerção de campanha, nós chegamos a vacinar as crianças na escola, e nós não temos 100% de cobertura. Então não adianta termos o discurso de que a escola só abre depois da vacina, e aí passamos a pensar nas coisas. Não, nós temos que organizar a escola hoje...

(NÃO IDENTIFICADO) – São três minutos para todos falarem ou não?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PSB) – Por favor, silêncio. Por favor, silêncio. A Profa. Meia está falando.

(NÃO IDENTIFICADO) – São tem três minutos para vocês falarem ou não? Uns tem mais minutos que os outros?

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI - Eu estou terminando a minha fala.

(NÃO IDENTIFICADO) – Passou o tempo já.

(NÃO IDENTIFICADO) – Ué, já passou dos três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vamos fazer silêncio, por favor. Eu que estou dirigindo. Por favor, silêncio.

Por favor, professora.

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI - Bom, Professor, o que eu queria dizer eu já disse.

Nós precisamos construir colaborativamente esse documento.

Vou somente responder o que a Sra. Luci falou, que ninguém que ela conhece participou da minuta: eu não disse que a minuta foi construída pela rede, eu disse que ela foi construída pela gestão da Secretaria. E aí, nesse sentido...

(NÃO IDENTIFICADO) – Tempos esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vem cá, quem é que está falando, hein?

(NÃO IDENTIFICADO) – Que falta de respeito.

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu, que estou inscrito, esperando os três minutos que você terminou.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Então você espera.

(NÃO IDENTIFICADO) – Eu estou esperando, mas são três minutos para todos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Seja educado, rapaz.

(NÃO IDENTIFICADO) – Seja educado o senhor, não seja violento com quem está aqui escutando.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Rafael, que corte o microfone de quem está falando. Por favor, Rafael.

Minéa, por favor.

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – Então, Prof. Eliseu, eu acho que é assim: essa conversa não esgota aqui, precisamos de muitos outros momentos para falar, para construir, para ouvir, porque é lógico que eu sei que todos os educadores que estão na escola tem muito e serão efetivamente as pessoas que construirão esse percurso dessa minuta a ser materializada.

(NÃO IDENTIFICADO) – Baixaram a minha inscrição, né? Muito democrático vocês. E eu que tenho que ser educado.

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – E aí, Professor Eliseu...

(NÃO IDENTIFICADO) – Baixaram a minha inscrição, e eu que tenho que ser educado?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Rafael, tem como cortar essa pessoa sem educação que está falando em cima dos outros? Eu não sei quem é.

(NÃO IDENTIFICADO) – Baixaram a minha mão, e eu tenho que ser educado? Acabou o tempo já.

A SRA. MINÉA PASCHOALETO FRATELLI – E aí, nesse sentido, eu acho que é o começo. O Secretário já começou essa conversa através das *lives* que tem feito com as DREs. Aqui, nós temos o intuito, efetivamente, de que sejam construídos grupo para a construção efetiva desse protocolo, que é uma minuta, e que precisa mesmo, como eu disse no começo da minha fala, ficar robusto, olhar para minúcia e para todas as etapas e modalidades que temos.

O tempo já esgotou. E eu me coloco à disposição para a continuidade dessa discussão e de tantas outras que eu nem consegui conversar aqui – falou-se tanto do PL, de uma porção de outras coisas. Mas como a minuta é a pauta de hoje, eu acho que precisamos nos debruçar sobre ela, organizar a nossa escola e organizar a nossa ação para que, neste momento de retorno, que não sabemos quando será – uma data fixa –, nós possamos ter uma escola estruturada para os nossos educadores e para os nossos estudantes.

Obrigada, Professor Eliseu.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado, professora.

Eu queria agradecer demais a presença do Prof. Eduardo Alexandrino, da Profa. Minéa, do Dr. Daniel Serra Azul, do Dr. João Paulo e das 24 pessoas que puderam falar. O nosso tempo se encerrou às 15h porque começa a sessão da Câmara, e nós não podemos fazer duas coisas no mesmo horário da sessão.

Na próxima terça-feira, nós teremos uma nova reunião do comitê. O tema central é alimentação. E vamos ver se conseguimos que as pessoas que não puderam falar desta vez

possam falar. Eu tenho a lista aqui. São vários que não conseguiram falar, infelizmente. Falaram 24 pessoas em duas horas, porque eu consegui controlar o tempo, mais ou menos.

Então agradecer demais o Prof. Eduardo mais uma vez, pela gentileza; a Profa. Minéa. O pessoal do Geduc, o Dr. Daniel Serra Azul, o Dr. João Paulo. E todas as entidades e pessoas presentes que falaram e que não puderam falar. Eu peço desculpas, mas nós não conseguimos conseguir tempo – o tempo é uma coisa finita. Eu acho que foi muito importante nós ouvirmos a Secretaria e o infectologista, e eles ouvirem os professores, os Vereadores.
